CAPÍTULO II

Estrutura organizativa

Artigo 4.º

Estruturas de investigação científica

1 — As estruturas de investigação científica são constituídas pelo:

- a) Departamento de Ciências Naturais;
- b) Departamento de Ciências Humanas.

2 — São atribuições dos Departamentos de Ciências Naturais e de Ciências Humanas, nas respectivas áreas, bem como dos centros de actividades:

- a) Realizar, coordenar e promover estudos e projectos de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico, de acordo com os planos de actividade anuais ou plurianuais;
- b) Promover a interdisciplinaridade, compatibilizando-a com as necessidades de cooperação com os países das regiões tropicais, em especial os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
- c) Participar nos objectivos de desenvolvimento preconizados por organizações internacionais, por iniciativa própria ou através de parcerias com centros de investigação científica públicos e privados, em projectos financiados para o efeito;
- d) Preservar e divulgar o património científico do IICT.

3 — O plano de actividades identifica as áreas que cabem a cada um dos Departamentos, bem como os programas de âmbito interdepartamental.

Artigo 5.º

Direcção dos Departamentos

Compete ao director de departamento, nomeadamente:

- a) Definir objectivos e propor linhas orientadoras e de estratégia, de acordo com os planos anuais e plurianuais;
- b) Propor a organização do Departamento tendo em conta os centros de investigação previstos no Decreto-Lei n.º 160/83, de 19 de Abril, que nele foram integrados;
- c) Informar o conselho científico da concretização das funções de apoio à investigação respeitantes ao seu Departamento.

Artigo 6.º

Direcção de Serviços de Apoio

1 — As estruturas de apoio à investigação e de gestão e administração agrupam-se na Direcção de Serviços de Apoio, dividindo-se em dois núcleos.

2 — O Núcleo de Apoio à Investigação apresenta atribuições nas seguintes áreas:

- a) Preservação e divulgação do património histórico-documental;
- b) Preservação, tratamento, gestão, divulgação e disponibilização de fundos documentais e do

espólio bibliográfico de áreas do saber relativas às regiões tropicais;

- c) Formação profissional;
- d) Promoção e divulgação externa do IICT;
- e) Edição, difusão e comercialização das publicações.

3 — O Núcleo de Gestão e Administração apresenta atribuições nas seguintes áreas:

- a) Planeamento, programação e controlo;
- b) Gestão financeira e patrimonial;
- c) Gestão informática, de redes e de bases de dados;
- d) Organização e gestão dos recursos humanos;
- e) Secretariado, expediente e arquivo;
- f) Apoio técnico e jurídico.

4 — A Direcção de Serviços de Apoio emitirá directrizes nos termos do n.º 2 do artigo 2.º, nas quais regulará as áreas da sua actividade.

Artigo 7.º

Centros de actividades

1 — Os centros de actividades, referidos no artigo 25.º da Lei Orgânica, são coordenados por um dos elementos do pessoal que os integra, de acordo com o mérito e o perfil para o efeito identificados no despacho de designação do presidente.

2 — Por despacho do presidente, os centros de actividades podem integrar pessoal vinculado ou não à função pública e bolseiros de investigação de acordo com o seu domínio de especialização, da temática dos projectos e das actividades a desenvolver.

3 — O coordenador e o pessoal afecto aos centros de actividades ficam funcionalmente dependentes do presidente.

CAPÍTULO III

Disposições finais

Artigo 8.º

Disposições finais

Nos termos do artigo 33.º da Lei Orgânica, com a entrada em vigor do presente Regulamento Interno cessam todas as comissões de serviço de pessoal dirigente nomeado e provido nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 532/79, de 31 de Dezembro, 105/82, de 8 de Abril, e 160/83, de 19 de Abril.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS****Portaria n.º 550/2005**

de 24 de Junho

A Portaria n.º 1073/95, de 1 de Setembro, com a última redacção que lhe foi dada pela Portaria n.º 145/97, de 28 de Fevereiro, regulamentou o programa de reconversão de terras afectas à produção de culturas arvenses em benefício do desenvolvimento da pecuária

extensiva, nos termos do artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 1017/94, de 26 de Abril.

A reforma da Política Agrícola Comum (PAC) substanciada no Regulamento (CE) n.º 1782/2003, de 29 de Setembro, veio alterar profundamente o enquadramento legislativo em que esta política se inseria, determinando por razões inerentes à nova filosofia da PAC a revogação do Regulamento (CE) n.º 1017/94, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005.

Tendo expirado o prazo para a atribuição da reserva específica, os compromissos entretanto assumidos pelos agricultores mantêm-se, tornando-se necessário adaptá-los à nova realidade comunitária, regulamentando o seu conteúdo e duração, o que implica por razões de clareza jurídica a revogação da Portaria n.º 1073/95, de 1 de Setembro.

Assim:

Ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, do Conselho, de 29 de Setembro, que estabelece regras comuns para os regimes de apoio directo no âmbito da política agrícola comum e institui determinados regimes de apoio aos agricultores, manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

Artigo 1.º

Os compromissos assumidos pelos agricultores ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1017/94, do Conselho, de 26 de Abril, e da Portaria n.º 1073/95, de 1 de Setembro, mantêm-se até ao final do 5.º ano seguinte ao da atribuição dos direitos ao prémio compreendidos na reserva específica.

Artigo 2.º

1 — O agricultor que tenha assumido compromissos ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1017/94, do Conselho, de 26 de Abril, e da Portaria n.º 1073/95, de 1 de Setembro, deve concluir a reconversão de terras até ao 3.º ano após a data da atribuição dos direitos.

2 — Durante o período referido no artigo 1.º, o agricultor deve:

- a) Utilizar as superfícies reconvertidas para a produção de forrageiras herbáceas sementeiras ou naturais;
- b) Deter na exploração um nível máximo de encabeçamento de 1 CN/ha de superfície forrageira, sendo tidos em conta, para este efeito, os bovinos machos, as vacas e as novilhas presentes na exploração durante o ano civil, bem como os ovinos e caprinos para os quais tenham sido apresentados pedidos de prémio relativamente ao mesmo ano civil, devendo o número de animais ser convertido em cabeças normais (CN), de acordo com o anexo I deste diploma, do qual faz parte integrante.

Artigo 3.º

A determinação do número de bovinos presentes na exploração durante o ano civil previsto na alínea b) do n.º 2 do artigo anterior é feita com base em cinco contagens, em datas definidas aleatoriamente, com recurso à base de dados do Sistema Nacional de Identificação e Registo de Bovinos (SNIRB).

Artigo 4.º

1 — A substituição das parcelas sujeitas ao compromisso de reconversão por outras parcelas exploradas pelo mesmo agricultor depende de autorização prévia do INGA, a conceder mediante apresentação de requerimento pelo interessado.

2 — Para efeitos do disposto do número anterior, a substituição não pode ser efectuada por parcelas que na data do pedido de ajuda por superfície, para o ano de 2003, estivessem ocupadas por pastagens permanentes, culturas permanentes ou florestas, ou a ser utilizadas para fins não agrícolas.

Artigo 5.º

1 — O incumprimento total ou parcial pelo agricultor do disposto no artigo 1.º, no n.º 1 do artigo 2.º e na alínea a) do n.º 2 do mesmo artigo põe termo ao compromisso relativo às parcelas em causa e determina a reversão dos direitos para a reserva nacional, na proporção do referido incumprimento.

2 — A não verificação do previsto na alínea b) n.º 2 do artigo 2.º implica a reversão para a reserva nacional da totalidade dos direitos atribuídos pela reserva específica, sem qualquer compensação, ficando o agricultor impedido de se candidatar à reserva nacional nos três anos subsequentes ao incumprimento.

Artigo 6.º

Findo o compromisso referido no artigo 1.º, quer pelo decurso do prazo quer por aplicação do artigo 5.º, sobre o agricultor não recaí qualquer ónus ou obrigação quanto à utilização das parcelas reconvertidas, que passam a ser livres, e quanto ao nível de encabeçamento.

Artigo 7.º

É revogada a Portaria n.º 1073/95, de 1 de Setembro, com a última redacção que lhe foi dada pela Portaria n.º 145/97, de 28 de Fevereiro.

Artigo 8.º

Este diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*, em 31 de Maio de 2005.

ANEXO I

Bovinos machos e novilhas com mais de 24 meses de idade, vacas em aleitamento e vacas leiteiras — 1,0 CN.

Bovinos machos e novilhas com idade entre os 6 e os 24 meses — 0,6 CN.

Ovinos — 0,15 CN.

Caprinos — 0,15 CN.

Portaria n.º 551/2005

de 24 de Junho

Pela Portaria n.º 849/99, de 2 de Outubro, alterada pela Portaria n.º 838/2000, de 26 de Setembro, foi concessionada ao Clube de Caça e Pesca Cortiçadas de